



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

O financiamento destinado para reabilitação visual no Espírito Santo (2016–2024)

Beatriz de Souza Vidal¹

1 Desenvolvimento

O presente Resumo Expandido baseia-se no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2026 para conclusão do curso de graduação em Serviço Social. Tal trabalho teve como objeto de pesquisa o estudo do financiamento destinado para reabilitação visual no estado do Espírito Santo. Essencialmente, a reabilitação é o que possibilita a construção e a reconstrução da identidade pessoal e social desses sujeitos a partir da deficiência, por meio do qual as pessoas com deficiência aprendem a desempenhar novamente um papel de protagonismo em suas vidas (Aciem e Mazzota, 2013; Rocha e Castro, 2023).

Tendo em vista a importância de garantir o direito de acesso aos programas de habilitação e reabilitação, foram criados os Centros Especializados em Reabilitação (CER), esfera que integra a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD) na atenção especializada. Contudo, nota-se que o estado do Espírito Santo conta com apenas 6 instituições habilitadas para atuar como CER, e que somente 1 oferece a modalidade visual de reabilitação.

Diante dessa lacuna assistencial, algumas organizações não-governamentais ocupam o papel de provedoras de serviços de reabilitação visual no estado. Na Grande Vitória (Região Metropolitana do Espírito Santo), destacam-se principalmente a União de Cegos Dom Pedro II (UNICEP) e o Instituto Luiz Braille do Espírito Santo (ILBES) — instituições que frequentemente recebem recursos públicos para oferecer tais serviços

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). beatrizvidal218@gmail.com.br.

mediante parcerias com a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES) e/ou emendas parlamentares. Assim, o objetivo geral do trabalho foi analisar comparativamente o financiamento destinado à reabilitação visual pelo Governo do Estado do Espírito Santo no período de 2016–2024, buscando identificar o nível de consolidação da filantropia como principal provedora desses serviços.

Caracterizado como um estudo exploratório, realizou-se revisão bibliográfica e pesquisa documental por meio dos documentos oficiais, como Leis, Resoluções e/ou Portarias da RCPCD, bem como das organizações sociais estudadas, como a ACVD, UNICEP, ILBES, além dos termos de convênio entre o Governo do Estado e tais instituições. Os resultados evidenciaram maior volume e regularidade de recursos destinados às entidades vinculadas ao “terceiro setor”, indicando tendência de priorização dessas organizações na execução da política de reabilitação das pessoas com deficiência visual. Tal configuração sugere o fortalecimento de mecanismos indiretos de gestão e execução das políticas sociais, expressando processos de terceirização e reconfiguração do papel do Estado na garantia de direitos.

Em síntese, a análise dos resultados permite afirmar que, no Espírito Santo, a reabilitação para pessoas com deficiência visual ainda não se consolida como política pública de saúde plenamente institucionalizada. O que se observa é sua inserção em um campo que mistura saúde e assistência, tensionando os princípios da universalidade e da integralidade ao deslocar a garantia de um direito constitucionalmente assegurado para ações pontuais e fragmentadas. Reforça-se, portanto, a necessidade de inserção efetiva da reabilitação voltada às pessoas com deficiência na política de saúde, com financiamento regular, estável, organização territorializada e articulação entre os níveis de atenção do Sistema Único de Saúde.

Referências

ACIEM, Tânia Medeiros; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Autonomia pessoal e social de pessoas com deficiência visual após reabilitação. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 72, p. 261-267, 2013.

ROCHA, Sonia Regina Gomes da; CASTRO, Rodolfo. Avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde em um programa de reabilitação para pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 82, p. e0013, 2023.